



(In)visibilidade de Antonieta de Barros: mulher, negra, escritora e política.

Juliana Oliveira de Oliveira¹, Ronaldo Lima²

¹Universidade Federal de Santa Catarina/PPGLit, Florianópolis,
Brasil (oliveirajuliana64634@gmail.com)

²Universidade Federal de Santa Catarina/DLLE, Florianópolis,
Brasil

Resumo: O trabalho examina as dissimetrias entre a invisibilidade de Antonieta de Barros em vida e os devires de sua presença hoje, evidenciando suas ações sociopolíticas e literárias. A partir de questões de gênero, etnia e classe, discuto como mentalidades coletivas produziram seu apagamento e, mais recentemente, seu resgate. Defendo que a revisão do cânone e novas leituras de sua obra são centrais para reposicioná-la.

Palavras-chave: Invisibilidade; Antonieta de Barros; Maria da Ilha.

INTRODUÇÃO

As histórias de literatura, em particular os postulados das *teorias alemãs*, compiladas por Heidrun Krieger Olinto (1996), proporcionam, por um lado, subsídios singulares à análise de mecanismos de marginalização, sobretudo de vozes reconhecidas como minoritárias, em distintos momentos históricos. Por outro lado, tais premissas possibilitam investigações sobre ações que viabilizam o reposicionamento de discursos anteriormente silenciados em múltiplos espaços, nos quais, de modo concreto, passam a desencadear influências. Essas dinâmicas mutáveis parecem resultar de variações de perspectivas e de agitações nas hierarquias sociais, culturais e formais. Como sugere Roland Barthes (2002), ao admitir que o ponto central de controle se define a partir das periferias, o deslocamento dessas fronteiras conduz necessariamente à reconfiguração do núcleo. Tais alterações ocorrem sob novas auras e, conseqüentemente, instituem diretrizes, metas e fundamentos inéditos, estabelecidos por transformações nas mentalidades coletivas.



A invisibilidade artística que recai sobre determinados criadores, exemplificada no caso que envolve Antonieta de Barros, remete à problemática de imposições silenciosamente institucionalizadas e naturalizadas, todavia geradoras de cerceamentos significativos à expansão literária e, por consequência, às possibilidades de presença efetiva e integração ao cânone. Os contextos investigativos permitem reconhecer vestígios e fragmentos capazes de revelar a gênese de estruturas de poder historicamente sedimentadas. Mesmo diante de novas configurações sociais e de aparentes tentativas de desconstrução, essas estratificações permanecem e insistem na reprodução de relações desiguais, particularmente ao sustentar artifícios excludentes e fomentar o apagamento contínuo de autores previamente alocados à margem.

Este trabalho examina tanto as razões que contribuíram para a invisibilidade de Antonieta de Barros quanto os movimentos contemporâneos de ressignificação de sua obra. Para isso, analiso sua produção literária, as condições históricas de recepção e os modos como, atualmente, sua figura tem sido revisitada pela crítica, pelos estudos da educação e pelas leituras que articulam raça, gênero e mentalidades.

Objetiva-se compreender como processos de apagamento e reconhecimento moldaram a presença – e ausência – de Antonieta de Barros na história literária e intelectual brasileira.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo adota abordagem qualitativa de caráter analítico-interpretativo, combinando leitura próxima das obras de Antonieta de Barros – em especial *Farrapos de Ideias* (1937) e as crônicas assinadas como Maria da Ilha – com exame de documentos históricos e críticas contemporâneas. A análise textual articula-se a um enquadramento teórico que mobiliza a história das mentalidades (Olinto, 1996; Meyer, 1996), os estudos sobre marginalização literária e processos de canonização (Reis, 1992; Almeida, 1998; Pratt, 2008), bem como reflexões sobre subjetividade, hibridez e formas de resistência discursiva (Bhabha, 2013). Esses referenciais permitem compreender como estruturas socioculturais moldaram tanto o apagamento quanto as recentes reconfigurações da presença da autora. A leitura contextual, apoiada em estudos biográficos (Nunes, 2001; Fontão, 2010), é combinada ao exame da recepção



contemporânea de sua obra em teses, dissertações e materiais de memória pública, de modo a identificar deslocamentos críticos que reposicionam Antonieta de Barros no campo literário e educacional. Essa articulação entre fontes primárias e secundárias orienta a reconstrução dos mecanismos históricos e discursivos que regularam sua visibilidade e permite analisar, de forma integrada, os processos de exclusão e ressignificação que atravessam sua trajetória.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

À esteira dessas concepções, na apresentação de sua obra, Olinto (1996) verifica que tanto as flutuações literárias quanto as transformações sociais derivam das contribuições da história das mentalidades sobre eventuais alterações de paradigmas, transitando de fundamentos hermenêuticos para abordagens empíricas. As categorias relativas a gênero, sexualidade, origem étnico-social e correlatos coercitivamente agregados às construições externas sobre conformações identitárias de escritores excluídos do cânone, como Maria Firmina dos Reis, Luiz Gama, Júlia Lopes de Almeida, Joaquim José da Silva e, notadamente, Antonieta de Barros, remetem às observações de Pratt (2008), quando ela salienta que, ao longo dos séculos, os critérios de autoridade foram estabelecidos a partir de vieses predominantemente masculinos, brancos e eurocêntricos, reforçando processos sistemáticos de marginalização persistente. Para Bhabha (2013), nem a singularidade, nem os elementos externos que a consubstanciam apresentam-se estáticos ou homogêneos. O pensador enfatiza a natureza flexível e mutável das subjetividades em cenários históricos e culturais instáveis. Para além de resultado de procedimentos híbridos, o sujeito vivencia a fusão e a transformação de componentes de distintas ordens, sem que possa definir a apreciação crítico-externa de suas manifestações culturais próprias. Bhabha (2013) analisa operações em que a mimese atua como resistência e demonstra como a coexistência de afetos antagônicos delimita o sujeito psicanalítico frente às instâncias repressoras. Os postulados desse teórico propiciam o desvelamento das ambivalências entre os registros da autora aqui considerada e os contextos que a circunscrevem.

As produções textuais de Antonieta de Barros revelam, por exemplo, intertextualidades bíblicas que corroboram as proposições do autor acerca de poderes



implicitamente punitivos, virtualizados por meio da naturalização e da consubstancialidade assentada por *default*. A confrontação dos processos históricos com a história das mentalidades, em referência ao que já apontava Olinto (1996), abre a possibilidade de construção de novos paradigmas de leitura que, ao se afastarem de um registro meramente factual, permitem instaurar horizontes de sentido mais amplos e complexos. Tais horizontes, ao se desdobrarem em campos de ressignificação, revelam-se especialmente fecundos à recuperação de vozes que, embora jamais totalmente ausentes, permaneceram em estado de latência, ou em *stand-by*, como é o caso de Antonieta de Barros. Sob esse prisma, a autora, inscrita em um processo histórico marcado por tensões e silenciamentos, pode ser reavaliada a partir de categorias que problematizam sua relativa invisibilidade e, simultaneamente, promovem deslocamentos que transformam a aparente evanescência de sua memória em plena potência de presença. Esse movimento de revisão crítica, ao reposicionar a figura da escritora no campo literário, reverbera também nos planos socioculturais e políticos, tornando sua atuação legível como elemento constitutivo e imprescindível da experiência histórica brasileira, em vez de mero fragmento secundário.

A trajetória literária de Antonieta de Barros concentra-se em uma obra singular, *Farrapos de Ideias* (1937), bem como em crônicas publicadas na imprensa do Estado de Santa Catarina, notadamente nos periódicos *República* e no jornal *O Estado*, sob o pseudônimo Maria da Ilha. Nessas produções, a autora articula pautas educacionais, salientando a necessidade de formação moral e cívica dirigida a público amplo, ao mesmo tempo em que denuncia lacunas e insuficiências na atuação do governo e dos legisladores, especialmente no que se refere à instrução destinada às mulheres. Seus textos abordam, de forma crítica, acontecimentos políticos e sociais de relevância nacional e internacional, ocorridos ao longo da década de trinta, refletindo sobre os desdobramentos de suas experiências e de seus impactos sobre práticas institucionais, organizações coletivas e processos de mediação social, situando a obra de Maria da Ilha como instrumento de interlocução entre experiências concretas e proposições normativas, inseridas em seu panorama histórico. Por meio de sua escrita, a cronista elabora estratégias voltadas à erradicação do analfabetismo e discorre sobre questões vinculadas ao pensamento religioso, mais especificamente



de cunho cristão, demonstrando coerência com seu meio social e com os papéis que desempenhou no conjunto de condições históricas, políticas e de organizações em que se situava, articulando sua escrita à realidade concreta de seu tempo e às demandas próprias da sociedade em que estava inserida.

Conforme assinala Reis: “[...] toda cultura nos inculca um conjunto de saberes – e estes saberes, via de regra, de uma forma ou de outra, são saberes textualizados” (1992, p. 65). À guisa desse enfoque, as produções literárias da autora podem ser concebidas como manifestações textualizadas de experiências sensíveis e científicas, tanto individuais quanto coletivas, organizadas como saberes articulados a vivências inter e intrapessoais, passíveis de importância e de legitimação. Nesse contexto, a escrita constituía um espaço privilegiado de interlocução crítica com instâncias públicas e circuitos culturais amplos, modelando escolhas temáticas, orientações discursivas e estratégias comunicativas que refletem leis, dinâmicas históricas e culturais e relações sociais específicas, enquanto simultaneamente inscrevem a autora em processos de mediação e de contestação aos costumes culturais dominantes. Friederike Meyer reforça tais aspectos ao sublinhar que:

O argumento central desses historiadores literários que se aproximaram da história das mentalidades é que as estruturas sociais da vida cotidiana de determinados grupos sociais [...] conduzem à produção de determinadas estruturas mentais, atitudes, percepções da realidade e padrões de comportamento que, por seu lado, encontram expressão na literatura (Meyer, 1996, p. 215).

Dessa forma, a obra da escritora pode ser interpretada como resultado de um processo no qual as condições materiais e simbólicas de sua experiência exercem influência determinante, ao mesmo tempo, e sobre o conteúdo, e sobre a forma de seus textos. Suas crônicas atuam como espécies de registros literários capazes de traduzir percepções complexas a respeito da interação entre vivências concretas e construções discursivas historicamente situadas, ratificando de maneira consistente como suas afiliações sociopolíticas orientam suas escolhas temáticas, delineiam a organização narrativa e condicionam seus direcionamentos argumentativos, revelando simultaneamente a articulação entre experiências individuais e coletivas em moldes reconhecíveis e valorizados nos circuitos culturais de sua época.

Antonieta de Barros expressa em *Farrapos de Ideias* seu caráter filantrópico, permeado por elevada propensão altruísta e sensibilidade ética que orienta suas



reflexões pedagógicas. Em suas crônicas, valoriza reiteradamente a escolaridade e a instrução como instrumentos de emancipação, e, na crônica *A responsabilidade da vitória ou da derrota do futuro cabe aos moços presentes*, sinaliza tanto suas concepções progressistas que norteavam suas ações educativas, como também sua postura inovadora diante de demandas socioculturais prementes em sua época, revelando perspectiva visionária acerca da mobilização social por meio da escolaridade. A autora escreve:

Nas mãos dos jovens está, sempre, o futuro dos povos. Cada mocidade traz um passo de avanço na civilização. Todavia, para que os moços possam cumprir a missão que lhes está reservada, é preciso se prepararem. Não se entra para a luta, trazendo somente um amontoado desordenado de sonhos e o desejo de realizá-los. É preciso que se queira a sua concretização e que se saiba querê-la. Para tanto, porém, se necessita de arma. Toda ação requer instrumento. E o instrumento máximo da vida é a instrução (*Farrapos de ideias*, s.d., p. 160).

Neste excerto, ressalta-se a íntima relação entre a prática docente e a instrução formal, concebida como mecanismo de reconfiguração social e consolidação de capacidades cognitivas críticas. Para Maria da Ilha, a educação ultrapassa a mera transmissão de conteúdos, constituindo-se como estratégia deliberada de intervenção e promoção simultânea da ascensão individual e do fortalecimento coletivo, transformando o ato educativo em instrumento de transformação de hierarquias sociais e de reorganização das capacidades de agenciamentos e participação cidadã. Karla Leonora Dhanse Nunes, em sua dissertação de mestrado sobre a vida de Antonieta de Barros, reforça esta dimensão, ao destacar que:

Em 1921, por ocasião de sua formatura, escreveu uma oração de agradecimento intitulada “De Joelhos”. Nesta percebe-se que o Magistério representou uma escalada de um projeto de vida para Antonieta de Barros. Projeto de vida que para a maioria das moças “bem-nascidas” de Florianópolis poderia ser considerado quase natural, instantâneo, mas para Antonieta não! (Nunes, 2001, p. 61).

Tal registro põe em relevo que a trajetória profissional da cronista não se deu de forma trivial ou automática, mas se constituiu como conquista assentada em esforços contínuos de superação de limitações socioeconômicas. Sua defesa do aprendizado como instrumento de emancipação transcende a dimensão pedagógica, configurando-se como práxis ética e política que articula experiências individuais e



coletivas, sobretudo ao consolidar a educação como vetor de transformação social e de intervenção na ordem hierárquica vigente. Sua produção textual destaca o papel central da literatura na esfera educacional e política, promovendo análises críticas sobre redes administrativas e normas institucionais, definições legais que legitimam determinadas expressividades culturais. Além disso, sua escrita sublinha a urgência de valorizar vozes historicamente silenciadas, conferindo espaço a narrativas previamente negligenciadas ou marginalizadas. Assim, suas palavras funcionam como convocação à ampliação da escuta e à visibilidade de diferentes perspectivas culturais presentes no tecido social.

Apesar da relevância histórica de sua obra e de sua presença nos campos intelectual e político, a presença de Antonieta de Barros na memória coletiva paulatinamente feneceu diante de narrativas contemporâneas e canônicas. Conforme enfatiza Nunes (2001, p. 11): “[...] reparei que o nome e o rosto de Antonieta pareciam estar se apagando da memória histórico-catarinense.” Tal constatação revela que, embora tenha conseguido atingir feitos marcantes, a dignificação de seu exercício nessas esferas permanece limitada em sua própria cidade natal, onde memórias relacionadas à sua identidade se mantêm quase adormecidas, ainda que representações artístico-culturais se façam presentes em painéis, monumentos laudatórios antigos e obras públicas que celebram sua memória. A marginalização da figura da autora de *Farrapos de Ideias* relaciona-se com as configurações do *hic et nunc* que a circunscrevem. Inserida em uma sociedade composta majoritariamente por descendentes de europeus – portugueses, alemães, italianos e eslavos – a cronista enfrentava restrições estandardizadas impostas a afrodescendentes e populações autóctones, especialmente em sua condição de mulher, negra, filha de ex-escravizada liberta e oriunda de família desamparada. Apesar dessas limitações estruturais, conquistou relevância no meio político e social, alcançando consagração em um ambiente cerceador, no qual uma série de fatores poderiam dificultar a valorização de sua voz, a recepção de suas crônicas e o impacto de seu engajamento em prol de causas destinadas a grupos vulneráveis. Mais do que o contexto histórico restritivo, a legitimação de suas produções revela-se condicionada a diretrizes constituídas socialmente, que definem critérios de inclusão e exclusão no campo cultural. Almeida (1998, p. 33) aponta: “[...] a denunciar o processo de canonização literária como uma



operação excludente. Os detratores do cânone consideram mais do que evidente que este possui a cor branca, o gênero masculino e pertence à classe dominante”. Esse enfoque permite compreender que a invisibilidade de Antonieta de Barros se explica por fatores que vão além das circunstâncias regionais ou da composição demográfica de sua cidade natal, resultando de infraestruturas de validação que determinam aprovação e legitimidade. O procedimento de canonização descrito por Almeida (1998) esclarece que o campo literário favorece historicamente indivíduos brancos, masculinos e oriundos de classes privilegiadas, marginalizando mulheres, etnias sobrepujadas e indivíduos desprovidos de capital. Assim, o apagamento da educadora no cenário sociocultural configura-se como efeito de parâmetros e tradições que regulam a difusão e a validação textual, podendo ser interpretado como resultado regulatório, em vez de decorrer do acaso. Seu percurso revela tensões entre experiências sociais concretas e referenciais institucionais de reconhecimento, demonstrando como o cânone é definido pelas instituições e, reciprocamente, como define os devires possíveis para os sujeitos outrora subalternizados. Para além dos condicionamentos sistêmicos que marcaram sua jornada, parece plausível conjecturar que a invisibilidade de Antonieta de Barros na memória coletiva sofre restrições decorrentes de dinâmicas culturais enraizadas e de processos históricos que buscam modular, de forma seletiva, quais vozes permanecem audíveis e quais serão silenciadas. Sob essa perspectiva, Reis observa:

A cultura, com efeito, é um conjunto de sistemas simbólicos, de códigos que, de uma forma ou de outra, prescrevem ou limitam a conduta humana. O que nos sugere que a cultura implica ou requer mecanismos de cerceamento social. Ou, dito de uma maneira mais precisa, no interior de qualquer formação cultural as camadas dirigentes se valem de diversas formas discursivas e as transformam em ideologia para assegurar o seu domínio. (Reis, 1992, p. 66).

No horizonte dessa visão, a trajetória de Antonieta de Barros pode ser interpretada como atravessada por um sistema tradicional que, embora forneça instrumentos à expressão intelectual, impõe limites que definem quais narrativas podem ser reconhecidas como legítimas e, conseqüentemente, fixadas e difundidas. O cerceamento social tratado por Reis (1992) ultrapassa a coerção explícita, envolvendo processos persistentes e sutis que moldam o repertório histórico de maneira a preservar a hegemonia de grupos específicos. A partir deste encadeamento, torna-se



pertinente questionar o lugar ocupado pela escritora e sua obra no cenário contemporâneo. Até que ponto a representação iconográfica de sua imagem, em dimensões monumentais na fachada lateral do edifício Atlas, no centro de Florianópolis, transcende barreiras de visibilidade superficial e promove sua inserção efetiva no imaginário coletivo? Também é válido indagar de que forma sua memória é mobilizada – ou negligenciada – nos currículos escolares de Santa Catarina e do Brasil. Tais reflexões demonstram que a disputa por prestígio extrapola os espaços da historiografia ou da literatura, alcançando processos socioculturais que definem, por vias ideológicas naturalizadas, quem permanece como referência histórica. À luz desse contexto, Almeida destaca:

Tanto que, mais tarde, quando as mulheres vierem a produzir cartas e diários, continuarão ausentes do cânone literário, na medida em que os valores que delineiam o que se define como literatura, assim como o lugar e o estatuto adquiridos pelo objeto que se cria com fins meramente estéticos, relacionam-se à tradição da qual as mulheres se encontram, até então excluídas (Almeida, 1998, p. 34).

A investigação revela que a exclusão do feminino no cânone se patenteia como engenho contínuo de seleção de escalas de prestígio, nas quais a apreciação literária se subordina a aparatos de influência sedimentados ao longo do tempo. A ausência de legitimação de produções femininas em vestígios documentais – cartas, diários ou até mesmo crônicas – indica que a ratificação textual não se funda exclusivamente no mérito individual, mas em parâmetros consonantes com padrões dominantes de gênero, classe e etnia, alimentando marginalização. O percurso existencial de Antonieta de Barros exemplifica como sujeitos subalternizados experienciam simultaneamente visibilidade parcial e apagamento, revelando tensão entre produção cultural e validação institucional. Paralelamente, sua obra exterioriza resistência: através da textualização de experiências sociais e políticas, a autora constrói discursos contestatórios, propondo alternativas interpretativas que tensionam as memórias literárias oficiais. Nessa ótica, a análise de sua trajetória sustenta que o isolamento literário decorre de fatores que vão além do contexto histórico no qual a autora esteve inserida ou do gênero literário que praticava, mas integra dinâmica abrangente de formação do cânone, na qual critérios de autoridade e pertencimento cultural são estabelecidos. Embora sua obra tenha sido objeto de estudos nos campos da Literatura e História, com dissertações de mestrados e teses de doutorados, ela



permanece frequentemente à margem dos currículos universitários, sendo discutida sobretudo pela chave da exclusão e da subalternidade. Reis (1992, p. 71) alerta de maneira pertinente para o papel da universidade na manutenção das desigualdades: “Nos dias atuais, a instituição mais empenhada nesta tarefa é a universidade [...] que se presta a reproduzir a estratificada estruturação social.” Apesar de ter alcançado certa notoriedade em seu tempo devido à sua produção literária e ao seu desempenho coletivo, Antonieta de Barros jamais integrou a Academia Catarinense de Letras, o que ressalta a continuidade de obstáculos socioculturais estáticos. Luciene Fontão, em sua tese de doutorado, enfatiza:

Há uma questão que não cessa ao longo de todo esse tempo de pesquisa: Antonieta não teria entrado na Academia após editar o seu primeiro livro por ser negra? Ou por que escrevia um gênero textual de pouco prestígio à época? [...] Fato notório consiste em perceber que ter ou não pertencido à Academia não fez diferença para a perpetuação da memória histórica e literária de Antonieta. (Fontão, 2010, p. 129).

Portanto, a recepção formal da cronista sugere que, embora sua postura estivesse à frente de seu tempo e seu comprometimento fosse eminentemente emancipador, tais fatores pareceram insuficientes para assegurar uma assimilação mais ampla de sua obra nos circuitos literários e educacionais. Esse quadro reflete uma tensão persistente: de um lado, a escrita e o engajamento comunitário da professora como formas de evolução; de outro, a resistência das instituições e os processos de canonização que restringem a aclamação de cidadãos tradicionalmente segregados.

CONCLUSÃO

Embora Antonieta de Barros declare, já no prefácio de sua obra, não nutrir “pretensões literárias”, tal afirmação evidencia a potência discursiva de sua escrita, articulando um gesto de modéstia autoral que, longe de diminuir o impacto de sua produção, ressalta a relevância de suas contribuições. Sua crônica se configura mais pela singularidade da voz autoral do que pela adesão a um movimento literário determinado, emerge como voz coletiva, como expressão de um grito que ultrapassa o indivíduo e se projeta em direção a uma comunidade silenciada. Nesse sentido, a autora elabora uma tessitura narrativa de matriz realista, que elege como espaço privilegiado a urbe moderna e, nesse contexto, ilumina as vicissitudes cotidianas das camadas



subalternas – a penúria material, a marginalização social e a negação do acesso à instrução. Sua escrita, portanto, ao mesmo tempo em que denuncia tais condições, transcende qualquer enquadramento restrito a uma identidade étnica particular, instaurando uma perspectiva mais abrangente, capaz de articular a experiência da exclusão em sua dimensão estrutural. Com isso, a escrita de Antonieta atesta como os fazeres literários periféricos podem desafiar consensos estabelecidos e oferecer perspectivas que tensionam o funcionamento hegemônico do campo, ao mesmo tempo em que propiciam reflexões críticas sobre os modos pelos quais determinados discursos são priorizados ou relegados.

Como argumenta Reis (1992, p. 73), “o cânon está a serviço dos mais poderosos, estabelecendo hierarquias rígidas no todo social e funcionando como ferramenta de dominação”. O autor chama atenção para a necessidade de se analisar o cânone enquanto fenômeno historicamente situado, cujas regras não são neutras, mas profundamente entrelaçadas com relações de poder. A simples inclusão de autores antes marginalizados não altera a lógica subjacente, pois esta se mantém regida por atos, convenções e hierarquias sedimentadas ao longo do tempo. Questionar o cânone, portanto, exige investigações detalhadas de suas engrenagens internas – como são definidos os critérios de seleção, quais agentes intervêm e de que modo suas decisões se articulam com estruturas de influência mais amplas. Somente ao dissecar esses vínculos entre produção literária e configuração do prestígio social se torna possível compreender a persistência de desigualdades na validação das obras e, por conseguinte, perceber que o problema reside menos no repertório de textos e mais na própria operação que organiza, distingue e hierarquiza aquilo que é reconhecido como literário. Almeida (1998) corrobora tal percepção, ao salientar que a progressão da literatura não se reconstitui somente mediante a ampliação do acervo de escritores ou obras, entretanto, devido à reflexão crítica acerca das condutas e regras que fundamentam o próprio cânone. Para desarticular esse aparato ideológico, pode ser interessante transcender uma perspectiva unicamente inclusiva, compreendendo que a reconfiguração de prestígio e repercussão requer consideração das intrincadas cadeias de influência que conectam a produção textual, a análise crítica e a circulação.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Tereza Virginia. *A ausência lilás da semana de arte moderna: o olhar pós-moderno*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1998.
- BARROS, Antonieta de. *Farrapos de ideias*. Florianópolis: Comissão do Centenário de Antonieta de Barros, s.d. 3. ed.
- BARTHES, Roland. Aula. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2002.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renete Gonçalves. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- FONTÃO, Luciene. *Nos passos de Antonieta: escrever uma vida*. 2010. 456 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- MEYER, Friederike. História literária e história das mentalidades. In: OLINTO, Heidrun Krieger (Org.). *Histórias de literatura: As novas teorias alemãs*. Trad. Dalva Maria Silva Monteiro. São Paulo: Editora Ática, 1996. p. 211-221.
- NUNES, Karla Leonora Dahse. *Antonieta de Barros: uma história*. 2001. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2001.
- OLINTO, Heidrun Krieger. Interesses e paixões: histórias de literatura. In: OLINTO, Heidrun Krieger (Org.). *Histórias de literatura: As novas teorias alemãs*. São Paulo: Editora Ática, 1996. p. 15-45.
- OLINTO, Heidrun Krieger. Apresentação. In: OLINTO, Heidrun Krieger (Org.). *Histórias de literatura: As novas teorias alemãs*. São Paulo: Editora Ática, 1996. p. 5-13.
- PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 151-165, 1991.
- REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luís (org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 65-92.